



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

### PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº , DE 2021

(Do Sr. Deputado Kim Kataguiri)

Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC), com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), fiscalize os atos de gestão do Ministério da Economia com relação a liberação de 1 bilhão em emendas individuais pelo mecanismo “cheque em branco” às vésperas da votação do Voto Impresso, sob suspeita de compra de votos.

Com base no art. 100, § 1º, combinado com o art. 24, X, art. 60, II e com o art. 61, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e dos incisos IV e VII do art. 71 da Constituição Federal, proponho a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, adote as medidas necessárias e promova a fiscalização e o controle sobre os atos de gestão praticados pelo Ministério da Economia para verificar possível compra de votos por meio da liberação de 1 bilhão em emendas na modalidade “cheque em branco” às vésperas da votação do Voto Impresso na câmara.

### JUSTIFICAÇÃO

No dia 13 de Agosto de 2021 foi denunciada na imprensa a liberação de R\$ 1,03 bilhão em emendas na modalidade ‘cheque em branco’ às vésperas da votação do Voto Impresso na câmara dos deputados<sup>1</sup>.

O pagamento foi feito por meio de emendas individuais que alcançam diretamente as bases eleitorais dos deputados.

<sup>1</sup><https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,governo-bolsonaro-liberou-r-1-bilhao-de-emendas-antes-de-analise-de-pec-do-voto-impresso,70003809626>

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados  
Anexo IV, 4º andar, gabinete 421

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kim Kataguiri  
Para verificar a assinatura, acesse <https://informacao.presidencia.leg.br/assatura.camara.leg.br/CD211302829300>  
CEP 70160-900 - Brasília-DF





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

Dos deputados que foram favoráveis à matéria, 131, ou seja, 57%, receberam esse tipo de emenda 3 dias antes da votação.

O pagamento das emendas na data a qual foi efetuado levanta suspeita por não ser data usual para tal fim. Historicamente as emendas são pagas nos meses de março, abril, junho e dezembro.

Portanto, faz-se necessário processo por parte do TCU para fiscalizar se o Governo Federal tem se valido de meios institucionais para comprar votos nas pautas de seu interesse.

Apresentação: 15/09/2021 15:37 - Mesa

PFC n.51/2021



Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados  
Anexo IV, 4º andar, gabinete 421

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kim Kataguiri  
dep.kimkatguri@camara.leg.br  
Para verificar a assinatura, acesse <https://informacao.presidencia.leg.br/camara.leg.br/CD211302829300>  
CEP 70160-900 Brasília-DF



\*CD211302829300\*  
exEdit